

PROCESSO DE FORMAÇÃO DA IDENTIDADE ÉTNICA NO MUNICÍPIO DE JEQUIÉ, BA: JEQUIÉ TAMBÉM É TERRITÓRIO DE XANGÔ MENINO

DIONÁRIA DA SILVA SANTOS¹
NATALINO PEROVANO FILHO²

RESUMO

Tenciona-se pensar o quanto as relações humanas jequeenses e a constituição de da identidade étnica da referida cidade, carregam a “cosmopercepção” africana e indígena. Assim como, do quanto nossos modos de ser, viver e pensar se relacionam com estas perspectivas de experiências de vida. A metodologia foi ancorada na dissertação de mestrado em curso, São João Xangô Menino (2010): Identidades e Fronteiras Étnicas “ontem” e “hoje”, de cunho etnográfico, uma etnometodologia, que convergiu diálogo com dois outros trabalhos etnográficos sendo um de conclusão de curso de especialização, *Manifestações Culturais de Matriz Africana na Memória dos Velhos Jequeenses*, bem como uma dissertação de mestrado, *Mulheres Gríôs do Quilombo Urbano Barro Preto no município de Jequié/Ba – Identidades étnicas e de gênero*. Deste modo, ao pensar sobre os processos de construção da identidade étnica na cidade Jequié, este estudo, teve como objetivo, evidenciar que Xangô Menino, ao enunciar fronteira, também afirma que é território, que é parte deste lugar, corroborado por meio das identidades dos diversos povos africanos dispersos, resignificando o estado de violências sofrida e ainda produzidas, transcendendo seu princípio, a justiça e proteção ao seu povo, e corporificado geopoliticamente nos seus descendentes, representantes oficiais, sacerdotes, filhas e filhos. Os resultados apontam que estas Histórias, bem como estas histórias de vidas precisam também serem contadas nas escolas, especialmente do ensino básico, uma vez que desvelam a história e cultura, pertencimentos locais, sobretudo quando são ouvidas as pessoas Mais Velhas, que são as principais guardiãs destas vivências, histórias que contadas, recontadas e encantadas fazem as identidades e a história de um povo serem desveladas, evocando uma outra perspectiva de Educação.

PALAVRAS CHAVE: Identidade Étnica. Território. Ancestralidade. Educação.

“Odília Francisca (Mãe Nininha) é a yalorixá mais velha de Jequié, com seus 70 anos de axé, 91 anos, filha de Xangô Bairá, com Nanã e ogum kaiana” [...] “muito querida e respeitada por muitos. [...]”. “Filha de santo de Antônio Bispo Nascimento, Antônio Borocô.” (SANTOS, 2010)

“Dona Georgina, 101 anos, ela é filha de Xangô, e sempre recebeu orixás, como Nanã e Xangô e uma cabocla de nome Maria Floquê” (SANTOS, 2010)

“Filha de um casal de rezadores, católica desde a infância e candomblecista desde a juventude, tendo como orixás Xangô, Ogum e caboclo Gentil, D. Maria apresenta uma personalidade que revelam traços de seu orixá – nobreza, força, bondade, desejo por justiça e igualdade social.” (SAMPAIO, 2017)

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidades – PPGREC da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia /UESB Campus Jequié-BA.

²nOrientador, Docente do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidades – PPGREC da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia/UESB.

INTRODUÇÃO

Ao iniciar este texto, peço licença a memória e existencialidades das nossas Mais Velhas e Mais Velhos³, sobretudo estas aqui citadas como epígrafes. Estas notas foram extraídas de dois trabalhos de pesquisas etnográficas, os quais convergiram diálogo com a dissertação de mestrado em fase conclusiva, intitulada *São João Xangô Menino (2010): Identidade e Fronteiras Étnicas “ontem” e “hoje”*, que ao dedicar-se ao processo de construção das identidades étnicas dos colaboradores da pesquisa, sobretudo quando parto do campo episódico do tema da festa junina do município de Jequié, Bahia, do ano 2010, encontro elementos a partir da escuta destes colaboradores, ao memorizar eventos festivos, sobretudo do campo das vivências familiares, que muito disse sobre as relações e pertenças étnicas, especialmente quanto as identidades étnicas de matriz africana e indígena, tanto no campo das experiências particulares, quanto coletivas, bem como ao pertencimento territorial, o que faculta afirmar o pertencimento identitário e territorialidade corpórea geopolítica do Xangô Menino. E esse é um dos objetivos do presente artigo. Neste sentido os aspectos da ancestralidade vieram à tona, desvelando ainda a história e cultura local que precisa ser contada e encantada, ao ponto que nos direciona pensar a emergência de uma educação que proporcione o encontro com os as tecnologias e saberes ancestrais basilares da ciência moderna.

Assim, nas primeiras duas epígrafes constam a pesquisa de Ivanildes Moura dos Santos, intitulada *“Manifestações Culturais de Matriz Africana na Memória dos Velhos Jequieenses”*, que ao ouvir as pessoas Mais Velhas encontrou elementos emanados da tradição africana preservados na memória destas pessoas, conforme pensamento da autora.

Já a terceira epígrafe diz sobre o trabalho, uma etnografia minuciosa e sensível, de Adriana Cardoso Sampaio, cujo título, *Mulheres Griôs do Quilombo Urbano Barro Preto no município de Jequié/Ba – Identidades étnicas e de gênero*, que como bem situa a autora, a pesquisa parti do princípio de que as mulheres investigadas são importantes na formação histórico-cultural desta Comunidade. Quando também identificou vivências tradicionais culturais entremeadas em laços solidários e múltiplos pertencimentos religiosos que dialogam, complementam

³ A utilização dos termos, “As Mais Velhas e Mais Velhos”, ao longo do texto, é uma demonstração de respeito e escolha estética.

entre si, constituindo assim suas existências.

As três pesquisas se diferem na temporalidade, no entanto há um encontro e diálogo na espacialidade, a Sede-distrito do município de Jequié. Nas duas primeiras pesquisas tem comum a extensão territorial do Quilombo Urbano do Barro Preto como campo sujeito de realização da pesquisa, ao tempo que a nossa pesquisa de mestrado teve como campo sujeito a amplitude da sede-distrito deste município, ao compreender o evento particular das festas juninas que envolvem toda dinâmica espacial e simbólica da cidade.

É importante salientar que, as três pesquisas constitui os estudos do Programa de Pós-graduação Lato Sensu e Stricto Sensu Relações Étnicas e Contemporaneidade, do Órgão de Educação e Relações Étnicas – ODEERE, vinculado a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, pesquisas que começam recontar e elucidar outras histórias, construindo um novo caminhar teórico metodológico, propondo uma epistemologia com os pés fincados nas vivências, saberes locais, atento as ciências e tecnologias de “ontem” que tornaram possível as ciências tecnologias de “hoje”. Neste sentido, a inserção de estudos como estes nos currículos educacionais poderá contribuir para a uma Educação Emancipatória⁴, atenta as perspectivas de uma cosmopercepção⁵ ancorada nas filosofias africanas, centrada na ancestralidade do encantamento.

Deste modo, ao reconhecer e considerar nossos pertencimentos, construiremos relações mais equânimes e afetuosas, onde as fronteiras sejam o lugar do encontro, do entendimento, do compartilhamento de vivências e saberes. Assim, ao refletir sobre os processos de construção da identidade étnica, aqui na cidade Jequié, afirma que Xangô Menino ao enunciar fronteira, também anuncia que é território, que é parte deste lugar, deste povo.

O PERTENCIMENTO IDENTITÁRIO E TERRITORIALIDADE CORPÓREA GEOPOLÍTICA DO XANGÔ MENINO: “VOCÊS VÃO TIRAR A FOTO A PAISANO OU A RIGOR? ”*

A dedicação ao processo de constituição da identidade étnica foi o caminho necessário para desvelar que a intolerância dispensada ao tema da festa junina

⁴ GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro a intelectualidade negra descolonizando os currículos. Texto que se insere ao livro Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico, org. COSTA *et al.*

⁵ O Conceito da Cosmopercepção, foi discutido aqui, a parti do pensamento de Adilbênia Freire Machado, que ao discutir a perspectiva das filosofias africana, centra na ancestralidade do encantamento, situada como “força impulsionadora de libertação” (MACHADO, 2019, p. 107).

do município de Jequié no ano 2010, tratou de fato não reconhecimento dos princípios e valores de matriz africana como basilares da constituição da matriz étnica jequeense, tal qual a brasileira. A rejeição da matriz étnica negra é resultado dos sistemas coloniais, no qual seus resquícios na atualidade dizem sobre a existência de uma colonialidade que insiste permanecer com as relações de subordinação e dominação.

Colonialismo pode ser compreendido como a formação histórica de territórios coloniais; o colonialismo moderno pode ser entendido como os modos específicos pelos quais os impérios ocidentais colonizaram a maior parte do mundo desde a “descoberta”; e colonialidade pode ser compreendida como uma lógica global de desumanização que é capaz de existir até mesmo na ausência de colônias formais. A “descoberta” do Novo Mundo e as formas de escravidão que imediatamente resultaram daquele acontecimento são alguns dos eventos-chave que serviram como fundação da colonialidade. (TORRES, 2020, p. 35).

A “desumanização” idealizada e praticada pelo colonialismo foi recurso para “justapor” a escravidão, quando na atualidade a desumanização persiste na violação de direitos, nos gestos e discursos racistas com o intuito de não reconhecer o “Outro”, seu legado e pertencimento, sobretudo territorial. A colonialidade é o poder e dominação sobre o “outro” que insistem em permanecer.

A colonialidade é de uma imposição do poder e da dominação colonial que consegue atingir as estruturas subjetivas de um povo, penetrando na sua concepção de sujeito e se estendendo para a sociedade de tal maneira que mesmo após o término do domínio colonial, as suas amarras persistem. (GOMES, 2020, p. 227).

Quando Gomes (2020) afirma que a colonialidade *atinge as estruturas subjetivas de um povo, penetrando na sua concepção de sujeito, ao se estender para a sociedade*, nos direciona pensar com Barth (2003, p. 31) quando sinaliza os três níveis que permeia o processo de construção da identidade étnica, que ele também vai identificar como *fases da vida humana*, que são os Níveis Micro, Médio e Macro. Estes três níveis norteiam e atuam sobre a constituição da identidade étnica de uma pessoa, quanto sobre a coletividade, o grupo, a sociedade e a ação do Estado qual esta pessoa constitui, havendo assim, uma circularidade nesta dinâmica, de modo que estes três níveis canalizam a cultura (BARTH, 2005, p. 22) implicando processos que ele chama de variação, que são: “controle, silenciamento e apagamento das experiências”.

Neste sentido, Barth (2003, p. 23, 24) diz que “o nosso sentimento de identidade de pertencimento, só podemos desenvolver a partir do nosso agir e interagir no

mundo”, bem como na interação com os “outros”, *outros distantes, outros próximos, por assim dizer (grifo nosso)*.

Deste modo, quando o nosso agir e interagir no mundo se constrói “etnocentricamente”, quando o “outro” é visto como não pertencente do grupo, daquela sociedade, quando esta relação com o “outro”, não acontece num campo de inclusões, mais sim num “jogo” da *différance*”, conforme pensamento de Hall (2014, p. 106), situa aí um jogo de exclusões, que também é um jogo de poder, que ao excluir supõe dominação ou a tentativa desta.

Neste sentido, uma sociedade que se constitui balizada na colonialidade, outorgou-se no direito de recusar a identidade étnica e territorialidade de Xangô, de Xangô Menino no contexto das festas juninas de Jequié. E como não reconhecer o pertencimento étnico de Xangô nesta cidade? O que faculta seu pertencimento no território, na história e cultura local diz sobre a dispersão dos diversos povos africanos, a *Diáspora Escrava*, como confere o pensamento de Sodré (2017, p. 91). Assim, dado o processo afrodiaspórico a historicidade e realeza de Xangô enquanto Rei de Oyó, sua ancestralidade é transmutada para o território brasileiro por meio das identidades dos diversos povos africanos ressignificando o estado de violências sofrida e ainda produzidas, transcendendo seu princípio, a justiça e proteção ao seu povo, e corporificado geopoliticamente nos seus descendentes, representantes oficiais, sacerdotes, filhas e filhos (DA SILVA, 2022) Como o caso da “Mãe Nininha”, “Mãe Nininha Preta” (SANTOS, 2010; SAMPAIO 2017), “Dona Georgina” (SANTOS, 2010), “D. Maria Xangô” (SAMPALIO, 2017).

“Vocês vão tirar a foto a paisano ou a rigor?” (SANTOS, 2010, p. 66).

Foi com esta frase que uma das cidadãs mais velhas da cidade de Jequié, Bahia, acolheu a pesquisadora Ivanildes Moura dos Santos, e seu colaborador de pesquisa Fernando da Silva Andrade. Conforme nota de seu trabalho, a Sra. Odília Francisca, Mãe Nininha, como era conhecida. Na ocasião da pesquisa, de acordo registro, e dados da pesquisadora Santos (2010, p.66) era a Yalorixá mais velha de Jequié, “com seus 70 anos de axé, 91 anos, filha de Xangô Bairá, com nana e ogum kaiana (...) “muito querida e respeitada por muitos.” Neste sentido, corrobora Sampaio (2017, p. 68) quando diz que,

Mãe Nininha Preta, possivelmente a Yalorixá mais velha do território do Barro Preto ou mesmo de Jequié, com seus noventa e oito anos de idade, e tendo

como orixá de frente Xangô, festejando a ele no seu aniversário: 25 de janeiro. (SAMPAIO, 2017, p. 68).

Assim, Mãe Nininha, jequeense, de altivez e imponência de uma rainha, ainda que não estivesse usando os trajes oficiais. Referência de mulher negra, como a homenagem de escritores e grupos como o Movimento Negro Mocambo Odara, registros destes, fixado na parede de sua residência, como confere os estudos de Sampaio (2017, p. 70) durante pesquisa de campo. Vale salientar que o traje “a rigor”, também tido como o *traje a caráter* quando na época dos reinados, eram utilizados para exprimir padrões, ou ainda guardavam códigos nas vestimentas, ou ainda determinadas cores nas quais só nobres poderiam usar.

Deste modo, a nobreza de Mãe Nininha não estava explícita só quando vestia seus trajes a rigor, de uma grande Mãe, Iyalorixá que era, mas sobretudo, no ser humano que era, “uma mulher guerreira e solidária, nunca fugiu de trabalho, sempre ajudou os necessitados, muito querida e respeitada por muitos” Santos (2010, p. 66), que ainda nos conta, que a casa de Mãe Nininha, Casa de São Jerônimo, também durante muito tempo, acolheu os velórios de pessoas carentes da comunidade onde morava. Ela, de fato carregava uma altivez ancestral! “A ancestralidade aqui tecida se delineia em torno do reconhecimento da descendência africana.” (MACHADO, 2019, p.102). A sua descendência africana se reafirmava na corporificação ancestral e geopolítica de Xangô, orixá que lhe regia a sua cabeça, de quem era filha, “É Xangô, é justiça!”, exclama ela durante a entrevista por Santos (2010, p. 67). Também é o Orixá que rege, a Casa, O Centro de Xangô Abairá que já durante a pesquisa de Sampaio (2017, p. 68) já estava sobre a responsabilidade de sua única filha biológica, a Sra. Odete Francisca de Oliveira Souza ou D. Betinha conforme registro da autora.

Maria de Lourdes Siqueira ao falar sobre a “Força que Anima”, discorrendo estudos sobre a ancestralidade e orixás mais conhecidos na Bahia assim narra:

Xangô: o povo yorubá reconhece à Xangô, como seu ancestral. Ele foi o quarto Rei de Oyá. Kebesilê! O dia da semana que lhe corresponde é quarta-feira. A cor é vermelha da natureza que lhe corresponde são os raios. Xangô é o orixá que exerce a justiça cuja sentença foi pronunciada por Ogum. (SIQUEIRA, 2005, p. 71).

⁶ Nota colhidas com a Designer de Moda, Ana Paula San, graduada pela UNIFACS. Bem como conforme texto de Morgado Pereira, Carolina. O Vestuário e a Moda: e suas principais correntes teóricas Moda Palavra e-periódico, vol. 8, núm. 15, enero-julio, 2015, pp. 202-221 Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, Brasil.

Ancestralidade esta que traduz que as identidades dos diversos povos africanos na diáspora escrava, como nota de Muniz Sodré (2017, p. 91), quando também evidencia que a ancestralidade de Mãe Nininha não ressoava somente no seu porte de rainha, mas sim no modo de ser, fazer e viver a vida, era alguém que cultivava amizades, sendo solidária com quem precisava, e sobretudo na sua relação, onde fé e vida não se separava, viveu com sacralidade, amor à vida na sua totalidade, muito próprio do pensamento afrodiaspórico, que emerge das filosofias africanas, como nota dos estudos de Adilbênia Freire Machado,

As filosofias africanas, afrodiaspóricas, da ancestralidade e do encantamento, são filosofias das percepções, das sensações, pois somos de corpo inteiro! Por isso, a filosofia africana, refletida desde o Brasil, é delineada pelas filosofias da ancestralidade e do encantamento. São filosofias construídas/tecidas/criadas desde experiências formativas que visam à liberdade irreduzível do ser humano, uma liberdade plural, diversa e que busca o bem-viver de um eu que só é possível porque há uma outra pessoa que não sou eu. Eu comunitário, coletivo. (MACHADO, 2019, p.102).

Deste “*Eu comunitário, coletivo*” também faz parte o “outro”, aqui, ainda que carregue suas diferenças, é também parte integrante. O que nos remete à ideia da corporeidade coletiva, descrita por Sodré (2017, p. 95) que ao enunciar a “memória mitológica” diz que sua constituição é como “um sujeito coletivo de pensamento”.

Isso se sintetiza na palavra sul-africana *Ubuntu*, que é um verbo-substantivo: significa homem enquanto humanidade, ou seja, para ser percebido como humano, o indivíduo é sendo junto a *Outro*. É uma palavra que resume o conceito de *transcendência* enquanto condição exclusiva do homem: o dirigir-se para algo além de si mesmo, para *Outro* portanto. (SODRÉ, 2010, p. 96).

É fato que o princípio do pensamento africano, o ““Eu sou porque nós somos, e uma vez que somos eu também sou” (John Mbiti)”, certamente, alguns leitores já ouviram este conceito potente e encantador, referenciado aqui por Sodré (2017, p. 96). Deste modo, é possível perceber que a partir desta perspectiva da vida, o processo de constituição da identidade étnica, se dê de fato na relação com outro, mas de forma afirmativa, afetiva e equânime. “É um ato de compreender, com-preender, o Outro e a nós mesmos, pois a compreensão leva ao afeto, a conhecer esse Outro”. (MACHADO, 2019, p.103).

E neste movimento de conhecer o Outro, a gente vai se reconhecendo também, saber quem somos, saber sobre nossas origens, e de fato nos desafiar a transcendência ao ato de existir. Movimento este que conferiu a vida de Dona

Georgina, como diz também sobre o movimentar-se de D. Maria Xangô.

SIM! ENTÃO, JEQUIÉ É TERRITÓRIO DE XANGÔ E DA CABLOCLA MARIA FLOQUÊ E DO CABOCLO GENTIL!

O município de Jequié é de fato um território originalmente indígena, pertença esta que se afirma nos hábitos e costumes, bem como na corporeidade dos seus habitantes, como nos relatos de Dona Georgina e Dona Maria Xangô, conforme estudos de Santos (2010) e Sampaio (2017) respectivamente, quando o pertencimento étnico indígena se faz na grande maioria dos espaços da sacralidade de matriz afro-indígena.

Dona Georgina tem 101 anos, ela é filha de Xangô. Segundo Dona Georgina, ela sempre recebeu orixás como Nanã e uma cabocla com nome Maria Floquê. Hoje, ela não recebe mais. Dona Georgina quando falou sobre suas entidades, ficou emocionada. (SANTOS, 2010, p. 49).

A pesquisa de Santos (2010) narra uma bonita história de Dona Georgina, das suas memórias, as quais denotam sua constituição identitária e dos desafios enfrentados pelo racismo religioso, ao qual naquela ocasião qualificavam como "loucos", pessoas por serem praticante de candomblé era uma prática concebida para muitos como loucura (SANTOS, 2010, p. 50). *"Mas foi através da prática ancestral que Dona Georgina se manteve, pois Xangô jamais permitiu que a levassem para o hospício."* (SANTOS, 2010). As memórias e vivências de Dona Georgina, também dialogam com a existencialidade e pertencimentos de Dona Maria Xangô.

Filha de um casal de rezadores, católica desde a infância e candomblecista desde a juventude, tendo como orixás Xangô, Ogum e caboclo Gentil, D. Maria apresenta uma personalidade que revelam traços de seu orixá – nobreza, força, bondade, desejo por justiça e igualdade social. (SAMPAIO, 2017, p. 110).

Dona Maria Xangô herda de sua Mãe e de seu Pai o fazer, a ciência de rezar, o conhecimento que cura. E carrega ainda força e proteção no nome e sobrenome constituídos de suas experiências. A história de vida de D. Maria Xangô, Dona Georgina e Mãe Nininha, além de contar a história e cultura do lugar onde vive, como os momentos importantes da historicidade da cidade, a exemplo de quando recorda o período da Estrada de Ferro Nazaré – Jequié, que muito movimentou a dinâmica da vida econômica e social da cidade, também sinaliza a diversidade étnica marcante nesta cidade, e, especialmente reflete os saberes,

cuidado e afeto próprios da cosmopercepção afro-indígena.

CONCLUSÕES PARA INICIAR

Contudo, estas pesquisas ao realizarem estudo locais, tanto podem contribuir para nos reconectar, retornar a nossa essência da totalidade humana, quanto oferecem aportes teórico-metodológicos para que as escolas, possam agregar em suas propostas curriculares, conhecimentos que estão em consonância, ao atendimento, sobretudo, às leis 10.639/2003 e 11.645/2008 que alterou a Lei 9.394/1996 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, buscando assumir o compromisso para a descolonização dos currículos e a promoção de uma Educação Emancipatória.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTH, F. **Etnicidade e o Conceito de Cultura.** *Antropolítica: Revista Contemporânea de Ciência Política.* Nº 19, 2º Semestre, Niterói, 2005. ___Dossiê: Fronteiras e Passagens: Fluxos Culturais e a Construção da Etnicidade.

BARTH, F. **Temáticas Permanentes e Emergentes na Análise da Etnicidade.** In: VERMEULEN, Hans. e GOVERS, Cora. *Antropologia da Etnicidade: Para além de "Ethnic Groups and Boundaries"*. Tradução Rogério Puga. Lisboa: Editora Fim de Século, 2003. 19-43 p.

GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro e a Intelectualidade negra descolonizando os currículos. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico.** 2. ed. 3. Reimp. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2020. 223-246 páginas.

MACHADO, Adilbênia Freire. **Filosofia africana.** In: AZEREDO, Jéferson Luís de; DECOTHÉ JR., Joel; COSTA, William. *Filosofia(s) sobre múltiplos olhares: filosofia(s) para tempos presentes.* Criciúma: UNESC, 2019. Cap. 5

HALL, S. **Quem precisa de identidade?** In: *Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais.* SILVA TOMAZ, Tomaz da. (org.). HALL, S., WOODWARD, K. 15. ed. Petrópolis, RJ, Editora Vozes, 2014. 133 p.

SANTOS, Ivanildes Moura. Monografia de Especialização: **Manifestações Culturais de Matriz Africana na Memória dos Velhos Jequeenses.** Jequié, BA, UESB. 2010.

SAMPAIO, Adriana Cardoso. **Mulheres Griôs: um estudo etnográfico sobre identidades étnicas e de gênero no Quilombo Urbano Barro Preto em Jequé-Ba/Jequié, UESB, 2017.** Disponível em:

<http://www2.uesb.br/ppg/ppgrec/producao-turma-mestrado/turma-2015/>. Banco de Dissertações. Acesso em: 29 de outubro. 2022.

SODRÉ, Muniz. *Filosofias de ao toque dos atabaques.* In: **Pensar Nagô.** Ed. Vozes, 2017, Petrópolis, RJ.

TORRES, Maldonado. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramón. (Org.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. 2. ed. 3. Reimp. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2020. 27-52 páginas.